

## Política



HOJE NA CÂMARA  
Lewandowski vai à comissão de Segurança  
Ministro foi convidado para falar sobre fuga em presid. e de Mossoró (RN)



# LAVA-JATO NA MIRA

## Corregedor afasta ex-juíza da operação e mais três, além de manter Moro como alvo do CNJ

MARIANA MUNIZ  
DANIEL GUILLO  
publica@globo.com.br

Em novo revés para a Lava-Jato, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, afastou a juíza Gabriela Hardt, que foi responsável pela operação, o atual titular da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba e dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), por supostos atos de burla à ordem processual, violação do código da magistratura e prevaricação. Hardt é alvo de reclamação disciplinar relativa à homologação de acordo para criar uma fundação privada com recursos recuperados da Petrobras. Já os demais teriam descumprido decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-juiz e atual senador Sérgio Moro é alvo da mesma reclamação disciplinar que Hardt. No caso de Moro, o corregedor de Justiça pontuou que sua situação será analisada no mérito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas que não há providência administrativa a ser tomada, já que ele deixou a magistratura. O ex-juiz já negou ter cometido irregularidades enquanto esteve à frente da Lava-Jato.

O afastamento dos magistrados se soma a uma série de percalços enfrentados pela Lava-Jato. Ainda em 2019 o STF "evazou" a força-tarefa ao decidir que casos de corrupção ligados à prática de caixa dois deveriam ser considerados crimes eleitorais. Em outubro de 2020, o ministro Dias Toffoli considerou nulas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, homologado em 2017, que atingiu integrantes dos mais variados partidos. Também determinou a abertura de investigações à atuação de agentes públicos que participaram do acordo.

Os processos contra os magistrados estão na pauta da sessão de hoje do CNJ, e o afastamento pode ser analisado pelos demais conselheiros. Cabe ao presidente do colegiado, Luís Roberto Barroso, definir os casos que serão avaliados.

### "INFRAÇÕES GRAVES"

Hardt atuou como juíza substituta de Moro na 13ª Vara Federal, onde correm os processos oriundos da Lava-Jato. Ela foi a responsável por homologar o acordo, fechado pela Petrobras com o Ministério Público Federal no Paraná, para criar uma fundação privada que gerir os recursos recuperados após os desvios identificados



Moro sem providências administrativas por não ter mais juiz



na estatal.

"Os atos atribuídos à magistrada Gabriela Hardt se amoldam também a infrações administrativas graves, constituindo fortes indícios de faltas disciplinares e violações a deveres funcionais da magistrada, o que justifica a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça", afirmou Salomão na decisão.

Um dos pontos citados para o afastamento é que, em depoimento, a magistrada admitiu ter conversado "informalmente" com o ex-procurador Deltan Dallagnol sobre o pedido de homologação do acordo, depois efetivado por ela. Para Salomão, a decisão da juíza foi tomada "sem o feito estar devidamente instruído, com diversas ilegalidades patentes".

Para o corregedor, havia a intenção de fazer uma "recuperação de valores". O montante que havia sido destinado à Petrobras a partir do pagamento, pelas empresas investigadas, de multas decorrentes de delações premiadas e acordos de leniência seria transferido pela companhia a uma fundação privada gerida pela força-tarefa. A criação da fundação foi barrada pelo STF.

"No entanto, constatou-se — com enorme frustração — que, em dado momento, tal como apurado no curso dos trabalhos, a ideia de condanar a corrupção foi transformada em uma espécie de 'cash back' para interesses privados, ao que tudo indica com a chance de participação dos ora reclamados", escreveu Salomão.

Já o afastamento dos desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima e do juiz Danilo Pereira Júnior, que atuou no



### OUTRAS DERROTAS DA FORÇA-TAREFA

#### Caixa dois

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) "evazou" a força-tarefa da Lava-Jato ao decidir que casos de corrupção ligados à prática de caixa dois deveriam ser considerados crimes eleitorais.

#### Fim da força-tarefa

Em 2021, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, extinguiu a força-tarefa de Curitiba, onde estava concentrada a maior parte dos processos.

#### Soltura de presos

Nos últimos anos, o Supremo fez a revisão de várias decisões tomadas pelos TRFs, que beneficiaram políticos como o presidente Lula, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e o ex-governador do Rio Sérgio Cabral.

#### Troca de juízes no Paraná

Após a saída de Sérgio Moro da Justiça de Curitiba, hoje senador pelo Paraná, o juiz Eduardo Appio, crítico da Operação Lava-Jato,

assumiu seu lugar e anulou decisões de seu antecessor por falta de imparcialidade.

#### Provas anuladas

Em setembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli, do STF, considerou nulas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, homologado em 2017, que atingiu integrantes dos mais variados partidos. Também foi determinada a abertura de investigações à atuação de agentes públicos que participaram do acordo.

**Motivação.** Gabriela Hardt (cima) foi alvo de reclamação disciplinar a respeito da homologação de acordo para criar uma fundação privada que iria gerar recursos da Petrobras. Salomão (abaixo) considerou haver fortes indícios de violações a deveres funcionais

válidas por Toffoli dias antes.

Para o corregedor, a "não observância de regras elementares" conduziu "à insegurança jurídica e à anarquia, em manifesta contrariedade à ordem jurídica, que se sustenta no respeito ao princípio da legalidade e à fidelidade aos princípios federativo e republicano. Noutras palavras, a todos os magistrados se impõe a reverência à Constituição da República Federativa do Brasil".

De acordo com Salomão, mandados de prisão contra Raul Schmidt Felipe Junior, que foi apontado pela Lava-Jato como operador financeiro, e o advogado Rodrigo Tachá Duran chegaram a ser estabelecidos de forma ilegal após o descumprimento de ordens do STF.

As decisões de Salomão foram tomadas em duas reclamações disciplinares: uma mira Hardt e Moro, e a outra tem como alvos Danilo Pereira Júnior, Thompson Flores e Loraci Flores de Lima.

A primeira ação foi aberta a partir de uma correição extraordinária que foi realizada na 13ª Vara e na 8ª Turma do TRF-4. Já a segunda foi instaurada a partir de um ofício do ministro Dias Toffoli, do STF. Entretanto, Salomão também usou elementos da correição para determinar o afastamento do juiz e dos dois desembargadores.

O acordo entre Petrobras e MPF, que foi homologado por Hardt, foi questionado no CNJ pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), sob a alegação de que a magistrada havia extrapolado as suas competências ao validá-lo.

### AJUFE: "CONDUTA ILIBADA"

A Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe) defendeu a conduta dos magistrados e classificou os afastamentos de "inadequados". A Justiça Federal do Paraná afirmou que não se manifestará, enquanto o TRF-4 informou que foi notificado e que a determinação está sendo cumprida.

Em nota, a Ajufe chamou as decisões que afastaram magistrados de "inadequadas", por ocorrerem de forma monocrática e na véspera do julgamento das ações contra eles. A associação ainda declarou que os quatro alvos têm "conduta ilibada e décadas de bons serviços prestados à magistratura nacional".

"O órgão com a competência natural para deliberar por tal afastamento é o plenário do Conselho Nacional de Justiça, tanto que pautada a matéria para julgamento na sessão de amanhã (hoje), dia 16/04/2024, revelando-se inadequado o afastamento por decisão monocrática e na véspera de tal julgamento", afirmou a entidade.